

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO do MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/sc

CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2019 PMN

SIM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.160.936/0001-91, estabelecida na Rua Henrique Vigarani, nº 90, Bairro Barro do Rio, Município de Itajaí/SC, CEP 88.305-555, vem, tempestivamente, por meio de seu representante legal, com fulcro no §1º do art. 41 da Lei nº 8.666/93 e no item 8.1.1 do instrumento convocatório, apresentar **Impugnação ao Edital DA CONCORRÊNCIA Nº 135/2019**, conforme as razões que passa a aduzir.

I – SÍNTESE FÁTICA

O Município de Navegantes/SC realizará licitação na modalidade Concorrência Pública nº 135/2019, com julgamento pelo menor preço global, visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção e ampliação de rede de água tratada, serviços de corte/religação, ligação de água, instalação, substituição de hidrômetros, geofonamento, recuperação de vias, instalação e manutenção de hidrantes (com fornecimento de materiais), através da Secretaria Municipal de Saneamento Básico de Navegantes/SC.

A presente licitação é regida pela Lei Federal N.º 8.666/93 e Lei Complementar Nº123/2006, alterada pela lei complementar Nº 147/2014 e suas alterações, com valor estimado para a futura contratação em R\$ 4.390.508,68 (Quatro milhões, trezentos e noventa mil quinhentos e oito reais e sessenta e oito centavos).

A ora Impugnante, analisando o instrumento convocatório, especificamente o item 5.3 – *Qualificação Econômico-Financeira* do Edital, verificou que a Administração deixou de possibilitar a alternatividade entre a apresentação dos índices financeiros (item 5.3.8 e 5.3.9) e a comprovação de capital social de no mínimo 10% do valor estimado da contratação (item 5.3.10), contrariando a prática reiterada nas licitações direcionadas ao setor de serviços, prevista em lei e jurisprudência.

Ao ampliar a possibilidade de comprovação dos requisitos de habilitação econômico-financeira, esta Administração permitirá a maior competitividade no certame e garantirá critério mais confiável para avaliar o fôlego financeiro das licitantes, assim atendendo ao principal propósito da licitação, qual seja, encontrar a melhor proposta.

Por estas razões, apresenta-se a presente impugnação, a fim de que seja adequado o instrumento convocatório às disposições legais e às especificações e necessidades do serviço.

II – MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

Alternatividade entre Índices Financeiros e Patrimônio Líquido para comprovação de boa situação financeira

Conforme narrado anteriormente, o objeto do presente procedimento envolve a prestação de serviços continuados de manutenção e ampliação de rede de água tratada, serviços de corte/religação, ligação de água, instalação, substituição de hidrômetros, geofonamento, recuperação de vias, instalação e manutenção de hidrantes (com fornecimento de materiais).

Trata-se de ramo em que o fôlego financeiro das licitantes é excepcionalmente importante para evitar futuras inexecuções contratuais.

Dessa forma, o edital consigna os seguintes requisitos relativos à comprovação da qualificação econômico-financeira:

5.3 Qualificação Econômico-Financeira:

5.3.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma; (...)

5.3.2 Cópia autenticada do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício financeiro, já exigíveis e apresentados na forma da lei; (...)

5.3.8 Demonstração de que dispõe de Índice de Liquidez Geral (ILG) maior ou igual a 1,0 (Um). Para demonstração desse índice, deverá ser realizada a seguinte fórmula: (...)

5.3.9 Demonstração de que dispõe de Índice de Grau de Endividamento (IEG) menor ou igual a 1,0 (Um). Para demonstração desse Índice, deverá ser utilizada a seguinte fórmula: (...)

5.3.10 Comprovação de possuir capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a sua atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais e

demonstrado mediante apresentação de memória de cálculo. A comprovação será obrigatoriamente realizada através da apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, em consonância com o artigo 31 § 3º da Lei 8.666/93.

5.3.11 Apresentar GARANTIA no valor equivalente a 1% (um por cento) do estimado, podendo a licitante optar por uma das seguintes modalidades:

- Caução em dinheiro;
- Fiança bancária;
- Seguro garantia.

Nota-se que a comprovação de boa situação financeira, nesta licitação, se dá através da apresentação da Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial, do Balanço Patrimonial, da comprovação de bons índices financeiros e, cumulativamente, com a comprovação de capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Ocorre que esta nobre Administração, visando ampliar a competitividade no certame, sem qualquer prejuízo à efetiva aferição da saúde financeira das licitantes, tem a faculdade de exigir alternativamente os aludidos métodos de comprovação, permitindo que licitantes cujos índices financeiros sejam insuficientes qualifiquem-se no certame tão somente através da comprovação do capital social mínimo. Explica-se.

Como bem se sabe, o propósito da licitação é selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, o que só pode ser feito com um procedimento altamente competitivo.

É por essa razão que a Lei nº 8.666/93 se preocupa em assegurar a ampliação da competitividade do certame em inúmeras ocasiões, bem como proíbe qualquer cláusula que restrinja o caráter competitivo, senão vejamos seu art. 3º, § 1º, inciso I:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da

sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (grifo nosso)

Pois bem, ilustre Pregoeiro, em que se pese a Administração ter o direito de exigir, cumulativamente, os índices financeiros e a comprovação de capital social mínimo, é certo que não há obrigação para tal, podendo, facultativamente, permitir a comprovação alternativa, possibilitando a qualificação de licitantes, contanto que consigam realizar a comprovação através de ao menos uma dessas duas opções.

Nesse sentido, a jurisprudência assevera que a cumulatividade entre os critérios não é obrigatória:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. PREGÃO. EDITAL. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. DECISÃO REFORMADA. 1. Hipótese na qual a decisão monocrática negou provimento ao agravo de instrumento interposto. O recurso objetivava a reforma da decisão que, nos autos do mandado de segurança preventivo, indeferiu o pedido de liminar, o qual objetivava que a autoridade coatora se abstivesse de exigir da ora agravante a obtenção do GCT mínimo imposto pelo edital para sua habilitação no Pregão. 2. O art. 33, da Lei nº 8.666/93, ao exigir que o licitante apresente documentação relativa à qualificação econômico-financeira, tem como finalidade permitir que somente empresas que gozem de boa situação financeira possam contratar com a Administração, garantindo-se, assim, a consecução do objeto contratado. **3. O art. 37, XXI, da Constituição Federal, bem como o entendimento esposado pelo TCU, também não exigem o atendimento ao índice GCT exigido pelo edital, tampouco a cumulatividade entre quaisquer índices contábeis e patrimônio líquido superior a 10% do valor global do contrato.** 4. Agravo interno provido. (TRF-2 - AG: 201002010129213, Relator: Desembargador Federal Guilherme Couto, Data de Julgamento: 18/10/2010, Sexta Turma Especializada)

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - DISPOSIÇÃO EDITALÍCIA - PROVA DA CAPACIDADE FINANCEIRA PARA FUTURA EXECUÇÃO DO CONTRATO PÚBLICO - SOCIEDADE POR COTA DE RESPONSABILIDADE - DECRETO 3.798/19 E LEI 6.404/76. **1. O edital (item 3.2.1.1) exigiu que a licitante comprovasse patrimônio líquido não inferior a R\$ 550.000,00 quando tivesse resultado igual ou inferior aos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente.** 2. Inexistindo norma específica no Decreto 3.708/19 sobre comprovação de patrimônio líquido de sociedade por cotas, aplica-se a Lei das S/A's (art. 18 do mencionado decreto). 3. Exigência contida no edital que encontra amparo na Lei das S/A's, não suprimindo sua exigência balancete assinado por contador e acompanhado de "certidão simplificada" da Junta Comercial.

(STJ - REsp: 575159 PR 2003/0141662-0, Relator: Ministra Eliana Calmon, Data de Julgamento: 23/03/2004, T2 - Segunda Turma, Data de Publicação: DJ 20/09/2004 p. 253)

Dessa forma, a única razão para não realizar a mudança pleiteada seria o receio de enfraquecer as exigências de qualificação econômico-financeira, o que aumentaria as chances de contratar uma licitante que se mostre inadimplente durante a execução contratual.

Entretanto, tal hipótese não se aplica ao certame em escopo, haja vista que, além das exigências cumulativas ora impugnadas, o edital exige, de igual forma, a apresentação de garantia da proposta relativa a 1% do valor estimado da contratação, bem como garantia de execução contratual, para a futura contratada, ou seja, exorbitam as cautelas por parte da Administração visando a segurança da futura contratação, sendo possível a flexibilização de alguns requisitos com vistas a maior competitividade no certame.

Sobre assunto correlato, há a Súmula 275 do TCU:

Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.

Apesar de essa ser uma nobre preocupação, não há razão para tal receio no presente certame, porquanto o item 5.3 do edital apresenta um extenso rol de critérios necessários para a comprovação econômico-financeira que mais do que compensam qualquer hipotética vulnerabilidade advinda da alteração pleiteada.

Vale dizer ainda que o capital social ou patrimônio líquido mínimo são consideradas formas de comprovação de equilíbrio financeiro mais confiável do que os índices, quando em sede de terceirizações e contratações de serviços na Administração Pública:

84. De acordo com o art. 27, inciso III, da Lei nº 8.666/93, para a habilitação nas licitações deverá ser exigida das licitantes a qualificação econômico-financeira, que será composta por um conjunto de dados e informações condizentes com a natureza e as características/especificidades do objeto, capazes de aferir a capacidade financeira da licitante com referência aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o contrato. 85. No intuito de conhecer a abrangência das exigências de qualificação econômico-financeira nos processos licitatórios para contratação de serviços terceirizados foram, consultados editais de vários órgãos federais e percebeu-se que, embora a legislação permita exigência maior, somente tem-se exigido a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação quando quaisquer dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral são iguais ou inferiores a 1 (um). **86. Ocorre que, via de regra, as empresas não apresentam índices inferiores a 1 (um),**

por consequência, também não se tem exigido a comprovação do patrimônio líquido mínimo, índice que poderia melhor aferir a capacidade econômica das licitantes. 87. Por certo, este aparente detalhe, tem sido o motivo de tantos problemas com as empresas de terceirização contratadas que, no curto, médio e longo prazos, não conseguem honrar os compromissos assumidos com os contratantes. 88. O problema está no fato de que o cálculo de índices contábeis pelo método dos quocientes, tal como disponibilizado no SICAF, por si só, não tem demonstrado adequadamente a capacidade econômico-financeira das licitantes, eis que não a evidenciam em termos de valor. Assim, tem-se permitido que empresas em situação financeira inadequada sejam contratadas. 89. Com o propósito de salvaguardar a administração de futuras complicações, entendeu-se que há de se complementar as avaliações econômico-financeiras dos licitantes por meio de critérios ou índices que expressem valores como percentuais de outro valor, dentro do limite legalmente autorizado. Por exemplo, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado para a nova contratação (ativo total - passivo)/10 > valor estimado da contratação), ou pelo método da subtração, como no caso do cálculo do capital de giro ou capital circulante líquido (ativo circulante - passivo circulante). (...) 92. Em contratos de fornecimento de bens permanentes e de consumo a diferença entre os capitais circulantes líquidos - CCL's das duas empresas hipotéticas citadas acima não seria tão relevante, pois o licitante tem espaço para negociar preços e prazos de pagamento com seu fornecedor e não carece, por exemplo, de liquidez ou patrimônio, eis que figura como espécie de intermediário e sua situação financeira não é determinante para o contratante, mas sim a efetiva entrega do bem. Além disso, não há encargos previdenciários e/ou trabalhistas vinculados diretamente ao objeto. 93. Ao contrário das empresas de fornecimento de bens, as de terceirização de serviços são altamente demandantes de recursos financeiros de curto prazo e de alta liquidez, como moeda corrente, pois se faz necessário que disponham de recursos suficientes no ativo circulante para suportar despesa com a folha de pagamento e outros encargos a cada mês, independentemente do recebimento do pagamento do órgão para o qual presta os serviços. (...) 101. No mesmo sentido, a fixação do limite mínimo de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido em relação ao valor da contratação está literalmente autorizada no art. 31, § 3º, da Lei nº 8.666/93, sem quaisquer exigências de justificativas ou outras restrições; (...) (TCU/Plenário – Acórdão 1.214/2013)

Ou seja, a Administração não corre risco de enfraquecer as habilitações econômico-financeiras exigidas ao consignar a possibilidade de apresentação de capital social mínimo alternativamente aos índices contábeis, uma vez que se trata de forma de comprovação de equilíbrio financeiro muito mais confiável para a prestação de serviços do que apenas os índices financeiros ou o balanço patrimonial.

Em verdade, é de maior valia para a Administração uma licitante com grande capital social, porém com determinados índices abaixo de 1, do que uma licitante com bons índices, porém sem

capital social ou patrimônio líquido necessários para arcar com a prestação de serviços sem correr risco de inadimplência.

Portanto, o aumento na competitividade do certame advindo do presente pedido providencia um benefício muito maior para esta Administração do que a manutenção da cumulatividade de critérios presentemente insculpida no Edital, sem deixar potencial de lesão ao erário.

Ante o exposto, considerando os fundamentos legais e jurisprudenciais expostos, requer seja readequado item 5.3 do edital, de modo a possibilitar que licitantes com índices financeiros iguais ou menores a 1 possam se habilitar, contanto que cumpram os outros requisitos de qualificação econômico-financeira, principalmente referente ao capital social mínimo.

III – PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Demonstrada a irregularidade no instrumento convocatório, conforme as razões expostas, pugna pelo recebimento, processamento e acolhimento desta impugnação, e por consequência, a retificação do edital, de modo a adequar as exigências relativas à qualificação econômico financeira às regras que garantam a segurança e eficácia da contratação, conforme as razões anteriormente expostas.

Também requer que seja republicado o novo texto editalício pelos meios oficiais, nos termos do §4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, marcando-se nova data para a realização da licitação.

Por fim, requer que se manifeste a Autoridade competente acerca do presente pedido de impugnação no prazo de 24 horas, consoante ao disposto no artigo 12 do Decreto 3.555/2000 e artigo 41 da Lei 8.666/93.

Termos em que, pede deferimento.

Navegantes/SC, 19 de dezembro de 2019.



SIM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

REPRESENTANTE LEGAL